16:29 72%

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patricia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (*secretário*)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio (*financeiro, planejamento e novos negócios*), Anderson Demian (*mercado leitor e estratégias digitais*), João Cestari (*tecnologia*) e Marcelo Benez (*comercial*)

João Montanaro

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Partidos custosos

Número de siglas cai, o que é positivo, mas intensifica-se o avanço sobre os cofres públicos

Passam longe de definidas as candidaturas para as eleições municipais que ocorrerão neste incipiente 2024, mas uma coisa é certa: se depender do Congresso Nacional, a farra com o recurso público nas campanhas está garantida.

Deputados e senadores embutiram no Orçamento do ano que começa a previsão de nada menos que R$ 5 bilhões para o fundo eleitoral, um dinheiro que sai do bolso do contribuinte na forma de impostos e, numa simples canetada, cai na conta dos partidos políticos.

A pândega ainda poderá ser vetada pelo presidente Lula (PT), mas nada indica que o fará, considerando-se não só a instabilidade de sua base no Parlamento mas também o apoio ecumênico à gastança. A votação do fundo eleitoral contou com o beneplácito de todas as siglas, do PT ao PL —passando, obviamente, pelas do centrão.

Verdade que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), até se manifestou contra a iniciativa. "As pessoas não compreenderão por que, em 2020, em uma mesma eleição municipal, foram R$ 2 bilhões", afirmou. Se corrigida pela inflação, a cifra estaria agora em torno de R$ 2,5 bilhões.

Mas foi em vão. Os parlamentares nem se dão ao trabalho de explicar o aumento exorbitante.

O aspecto positivo das eleições recentes têm sido a tendência de redução do número de partidos, graças à adoção de uma cláusula de desempenho que barra o acesso a recursos públicos de siglas que não atingem votações mínimas.

Esse expediente contribuiu, por exemplo, para que a quantidade de legendas representadas na Câmara, depois de atingir um recorde de 30, hoje seja de 16 —aí incluídas as federações. O processo precisa continuar, de modo a reduzir os custos da formação de coalizões.

A distorção que persiste, entretanto, é a corrida aos fundos públicos, que confere poder excessivo às burocracias partidárias.

São os líderes, afinal, que decidirão sobre a distribuição dos recursos —e todo político sabe que o financiamento de campanha é decisivo para sua chance de sucesso.

Adicione-se o recorde de R$ 53 bilhões em emendas parlamentares a serem gastos no primeiro semestre e pode-se imaginar o tamanho da distorção que essas cifras provocarão nas disputas municipais.

Pior: seja no caso do fundo eleitoral, seja no das emendas, o destino da dinheirama se define com pouco sentido democrático e ainda menos racionalidade administrativa, em benefício não do eleitor nem das políticas públicas, e sim dos deputados e senadores que comandam a máquina.

Ao se opor ao aumento do fundo eleitoral, o presidente do Senado afirmou que a medida ensejaria discussões sobre a volta das doações por empresas. Esse é, de fato, um debate a ser considerado, desde que contemple limites nominais e regras de transparência.

Verão impróprio

Balneabilidade sofrível das praias expõe descaso com o saneamento; novo marco é esperança

A praia do Leblon não ostenta só a vista do morro Dois Irmãos, uma das paisagens mais admiradas do Rio de Janeiro. Com águas do mar de qualidade ruim nos três pontos de medição, ela oferece ainda uma síntese dos atrasos que marcam o saneamento básico no país.

O dado consta do levantamento realizado há oito anos por esta **Folha**, com dados de governos locais, e publicado a cada verão. Ao todo, são 1.350 pontos de monitoramento em todo o litoral brasileiro.

Das 58 praias avaliadas na chamada Cidade Maravilhosa, apenas 4 obtiveram classificação anual boa. Outras 17 caíram na categoria das regulares, e as demais 35 (2 ficaram sem medição), para surpresa de poucos, ruins ou péssimas.

A sempre prometida despoluição da baía de Guanabara vai atrasar dois anos. Agora está marcada para 2028. Uma miragem que sempre se distancia (como a limpeza do rio Tietê na capital paulista).

A condição praiana vexatória está à vista de todos, como nas restantes dez capitais estaduais situadas no litoral. Nos 337 locais de medição de balneabilidade dessas cidades, apenas 47 (14%) indicaram qualidade boa.

Considerando todas as praias monitoradas no Brasil, o indicador é um pouco melhor: 32% aceitáveis. Os outros dois terços se dividem entre regulares, ruins e péssimas.

Não há espanto, como deveria haver, porque a população se acostumou com a incúria do poder público no setor de coleta e tratamento de esgotos. Percebe-se algo de errado quando eleitos e eleitores ignoram indicador tão óbvio de eficiência governamental.

Nesse quesito, estamos todos reprovados. Em pleno século 21, só 55,8% da população conta com rede de esgotamento sanitário, segundo o Instituto Trata Brasil. E não mais de 51,2% dos dejetos gerados recebem o tratamento adequado.

O panorama melhora, mas de modo sobremaneira lento. Em três décadas (1989-2017), a parcela de municípios com rede de coleta de esgotos foi de 47,3% a 60,3%. Parece difícil a meta de universalizar o saneamento no ano 2033.

As esperanças residem no novo marco do setor, que amplia as possibilidades de participação privada e atração de investimentos. O passado ensina que só a gestão estatal do saneamento foi incapaz de cumprir a missão civilizatória.

Redes insalubres

Lygia Maria

Quando o planeta Terra completa mais uma volta em torno do Sol, humanos ficam esperançosos e tendem a projetar um futuro melhor, seja no âmbito individual ou coletivo.

Em relação a esse último, desejo que as redes sociais se tornem lugares menos insalubres. Ou seja, que admitamos que a cultura do cancelamento deu errado e que esse fenômeno se presta apenas a embotar o livre debate de ideias —alicerce de qualquer regime democrático.

Tal aspiração não é só coisa de reacionário. Setores da própria esquerda vêm revendo o conceito.

Loretta Ross é uma acadêmica feminista afro-americana que, em 2019, escreveu artigo para o The New York Times no qual afirma que a cultura do cancelamento é tóxica e advoga uma mudança de atitude do "call-out" para o "call-in" (algo como do excluir para o agregar).

Ross fala de como contexto, intenção e nuances dos proferimentos são fundamentais nas interações e da necessidade, verificada em sua própria história de mulher negra que sofreu abuso sexual, de diferenciar "entre o que eu sentia ser verdade e o que eram fatos".

O cancelamento se baseia em falácias retóricas e acusações essencialistas, como dizer que uma pessoa é má porque falou algo ruim —sem contar quando se aponta uma falha onde sequer há alguma. Usa conceitos puritanos moralistas como a culpa e, ainda pior, impede até mesmo a possibilidade de perdão.

Não se trata de calar, mas de conhecer as motivações das divergências e aceitar que todos erramos.

Portanto o tom de superioridade moral ou intelectual afasta, através do medo, conversas significativas que podem gerar mudanças de mentalidade. Segundo Ross, o "call-in" é "Um chamado feito com amor".

Tal perspectiva já no século 17 estava no tratado político de Espinosa: "Tomei cuidado para não ridicularizar ou execrar as ações humanas, mas para compreendê-las". A filosofia do amor e da liberdade é de fato trabalhosa. Quem sabe consigamos colocá-la em prática no século 21.

Um ano para entrar para história

Ana Cristina Rosa

Noves fora os reveses que ainda podem ser causados pela chamada PEC da Anistia (que reduz a verba reservada a pretos e pardos nas eleições, perdoa multas aos partidos que descumpriram cota de gênero e raça e afrouxa regras de fiscalização eleitoral), 2023 foi um ano digno de entrar para a história pelo avanço da representatividade negra no Congresso Nacional.

Décadas de mobilização dos movimentos sociais levaram à criação da primeira bancada negra na Câmara dos Deputados. O grupo é suprapartidário e tem direito a voto nas reuniões de líderes e a tempo de liderança nas discussões, o que fortalece o debate sobre equidade racial no Brasil.

Formada por 122 parlamentares, trata-se da "representação do povo negro na Câmara para podermos fazer um trabalho de transformação", resumiu o deputado Damião Feliciano (União Brasil). Ele é coordenador-geral da bancada, cuja articulação já resultou na renovação das políticas de cotas e no feriado nacional de Zumbi dos Palmares.

Feitos que remetem à década de 1990, quando Abdias do Nascimento (1914-2011) —o primeiro senador negro do país— era voz isolada e não se cansava de ocupar a tribuna para bradar por equidade e participação de negros nas esferas de poder da sociedade brasileira. Neto de africanos escravizados, ele tinha plena consciência da importância de incluir pessoas negras nos espaços de tomada de decisões estratégicas para construir políticas públicas capazes de fazer frente às desigualdades raciais.

Nesse sentido, a mobilização política é imprescindível não só para conter retrocessos legislativos, mas também para colocar em prática avanços institucionais e legais. A criação da bancada negra na Câmara Federal representa o início de um avanço no sentido de melhorar as estatísticas socioeconômicas tão desfavoráveis aos afrodescendentes. Que a medida sirva de exemplo e possa ser replicada por Estados e municípios.

Feliz Ano Novo!

Ta-ra-tã, ta-ra-tã

Ruy Castro

Tirei o fim de ano para pagar uma dívida de séculos comigo mesmo: ler "O Estrangeiro", de Plínio Salgado. É um romance de 1926, no apogeu do Modernismo, do qual ele fazia parte. Incrível como a antipatia por alguém faz com que tentemos apagá-lo da história, não? Como se ele não devesse ter existido. O problema é que ele existiu e, pior, continuou existindo.

Plínio Salgado, como se sabe, ficaria famoso pelo integralismo, o movimento político de extrema direita que ele lançou em 1932. Plínio e seus seguidores se fardavam, usavam braçadeiras com um símbolo tipo suástica e se saudavam esticando o braço e gritando "Anauê!", palavra talvez tupi que podia significar "Salve!". Suas ideias se inspiravam no nazifascismo, com o qual ele mantinha cordiais relações. Em cinco anos de existência, o integralismo atraiu centenas de milhares de militantes e esteve muito perto do poder. Bolsonaro foi um sucessor do integralismo.

Plínio foi um dos poetas da Semana de Arte Moderna, em 1922, e colaborou na Revista de Antropofagia, de Oswald de Andrade. Como a exigente revista é de 1928-29, deduz-se que, em 1926, ano de "O Estrangeiro", ele ainda integrava alegremente o movimento. E com razão: o livro é todo escrito na decantada "prosa telegráfica", típica dos modernistas. Exemplos:

"Os cabos tratores assobiavam como gemidos de frio da serra invernosa na manhã brumosa. Homens brancos e mulheres de tamancos. Sol." "Paisagem ciranda, montanhas rodando à roda, mãos dadas. Velocidade, ta-ra-tã, ta-ra-tã, e o espírito corre-corre da saudade e da esperança." "O silêncio pesado, com arrepios de plátanos e o ritmo das respirações no dormitório travassanguíneo." "As ruas trepavam estreitas no morro, com alpendres em flor, como presépios e idílios. Planície, cartazes, chalés."

Corrigindo: continuo sem ler "O Estrangeiro". Parei na página 20, antes de entrar em rigor mortis.

A profecia de Lima Barreto

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escreve às segundas

"Os Bruzundangas" foi publicado há 121 anos. Nele Lima Barreto zombou das patologias políticas que afligiam o país. A crítica acerba é surpreendentemente atual. Basta ler o noticiário sobre os Três Poderes. O presidente, que em Bruzundanga se chamava Mandachuva, cooptava todos a sua volta. Não havia oposição.

Lima alertava: "Toda a vez que um artigo desta Constituição ferir os interesses de parentes de pessoas da 'situação' ou de membros dela fica subentendido que ele não tem aplicação no caso". "Na constituinte, todos esperavam ficar na 'situação', de modo que o artigo acima foi aprovado unanimemente." E acrescentava: "Se algum recalcitrante, à vista de qualquer violação da Constituição, apelava para a Justiça (que lá se chamava Chicana), logo a Corte Suprema indagava se feria interesses de parentes de pessoas da situação e decidia conforme o famoso artigo."

Mas havia um paradoxo aí. "Como todo o mundo não podia pertencer à 'situação', os que ficavam fora dela, vendo os seus direitos postergados, começavam a berrar, a pedir justiça... Se eram vitoriosos, formavam a sua 'situação'" e começavam a fazer o mesmo que os outros. Havia apelo para a "Chicana', mas a Suprema Corte, considerando bem o tal artigo (já citado, decidia de acordo com a 'situação'".

E, sim, havia os privilégios: "Não há lá homem influente que não tenha, pelo menos, trinta parentes ocupando cargos do Estado; não há lá político influente que não se julgue com direito a deixar para os seus filhos, netos, sobrinhos, primos, gordas pensões pagas pelo Tesouro da República".

E também isenções, tarifas e regras especiais: "Um certo governador, grande plantador de café, verificando a baixa de preço que o produto ia tendo, de modo a não lhe dar lucros fabulosos, proibiu o plantio de mais um pé que fosse da preciosa rubiácea. Houve então um cidadão que pediu habeas corpus para plantar café. A Suprema Corte, à vista do tal artigo citado, não o concedeu, visto ferir os interesses do presidente da província, que pertencia à 'situação'".

O diálogo entre Mandachuva e o ministro do Tesouro, Doutor Karpatoso, mostra como se resolvia o déficit público:

— O orçamento fecha-se sempre com déficit. Este cresce de ano para ano... Tenho que satisfazer compromissos no estrangeiro... Espero que você me arranje um jeito de aumentarmos a receita.

— Não há dúvidas! Vou arranjar a cousa!

E triplicou os impostos.

Complacência do Judiciário, privilégios, isenções, déficits. E banquetes, tertúlias e homenagens eram tão comuns que Bruzundanga criou a Guarda do Entusiasmo, com dez mil homens, dedicada a festejar magistrados, políticos, personalidades!